

UM ESTUDO DE MEIO AMBIENTE: A AMAZÔNIA NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA

Lilian Maria Moser²

Eduardo Servo Ernesto³

RESUMO: A História, em sua historiografia tradicional se ocupava dos “grandes construtores” e fatos considerados imprescindíveis para a formação do processo civilizatório das sociedades, observando o grau no desenvolvimento humano de determinadas sociedades. Sua abordagem, desvinculada do contexto sócio-político e econômico, não contemplava o ser humano inserido nesse ambiente bio-diverso. Hoje o olhar da História está também articulado com o meio ambiente, ecologia, e desenvolvimento sustentável na interdisciplinaridade, focada na geografia humana e nas ciências sociedade. O historiador, de forma interdisciplinar, com um casamento mutuo com outras ciências relacionadas ao meio-ambiente, procura identificar o conjunto de meios, estratégias que o homem ou grupos sociais possam aplicar para que sua vida adquira qualidade e sustentabilidade. (Linhares 1994). Na região amazônica a História tem um vasto campo para realizar essa reflexão, pesquisa e uma produção científica para proporcionar novos significados em sua biodiversidade natural e humana.

PALAVRAS-CHAVES: História, Meio Ambiente, Amazônia.

5

1. Introdução

O estudo sobre o Meio Ambiente tem intensificado nas diversas áreas da ciência, em que pesquisadores de vários países realizam pesquisas para analisar os desastres e as controvérsias ambientais e corroborar na busca da sustentabilidade. Nesse contexto a Amazônia ocupa um lugar de destaque devido à aceleração dos grandes projetos econômicos que foram implantados sob a ótica do desenvolvimento econômico.

Dentre desses projetos estão relacionados às conseqüências desastrosas como a expansão da geração de hidrelétricas, cujos reservatórios inundaram áreas de

populações tradicionais e biomas de alta diversidade biológica, a expansão de projetos agrícolas projetadas no modelo do “quadrado burro”⁴ estimularam o desmatamento desenfreado e à degradação do solo, enquanto minas e madeireiros invadiam e se erradicavam em reservas indígenas e biológicas, e, sem contar os altos subsídios para criação de gado que provocou ainda maior o desmatamento na Amazônia e que não proporcionou um desenvolvimento econômico equilibrado e socialmente justo, uma vez que os atores sociais que lucraram com a degradação do ambiente amazônico não arcaram com os desastres, apenas acumularam capital com esta degradação, deixando para trás o aumento significativo de algumas doenças em função das modificações do meio ecológico, como a malária, e uma massa de mão de obra excedente que se fixou em cidades amazônicas que tinham como base econômica atividades que de alguma forma modificava o bioma amazônico, como o setor madeireiro e minerador.

A nível mundial, a partir da década de oitenta, em meio a perigos químicos e nucleares, a Amazônia emergiu como um lugar de destaque, provocando reações internacionais, suscitando movimentos sociais em defesa do meio ambiente e provocando a urgência de políticas públicas que implementasse programas de controle ambiental.

Essa e outras temáticas começaram a ser estudadas também pela História, articuladas de forma interdisciplinar com outras ciências, como a geografia e as ciências sociais, em que o historiador procura explicar acontecimentos, as mudanças sociais que o homem e os grupos sociais operam localizados em um espaço, tempo e lugar; ao geógrafo estudar as relações que o homem estabelece com o seu meio físico e o cientista social procurar identificar o conjunto de meios e estratégias que o homem ou grupos sociais aplicam ou podem aplicar para que sua vida adquira qualidade e sustentabilidade.

Muitas são as pesquisas sobre as questões emergentes, porém, ainda a História apresenta dicotomias ao tratar do seu ponto de partida, do seu foco central, isto é, pensar e fazer História a partir da sua realidade e do seu contexto vital e, no nosso caso a partir da Amazônia, desta forma se pensa neste trabalho como historiadores podem historicizar a relação do homem com o meio ambiente.

2. A Dimensão Histórica a Respeito do Meio Ambiente

As discussões sobre as idéias ecológicas já vem sendo conduzidas desde o século XIX, ou até antes, cuja discussão tem se acirrado depois da II Guerra Mundial, entre os anos 50 e 60, sobre as questões ambientais e o *ethos* ecológico, em que inúmeras pesquisas apontam para novos valores ecológicos, na opinião de Leis e D'Amato⁵.

Sobre o desenvolvimento agrícola, associadas às preocupações ecológicas bem como o cuidado com o meio ambiente, teve início em Estocolmo no ano de 1972, com a Conferência das Nações Unidas sobre o *Meio Ambiente Humano*, cuja *segurança ecológica* passou a ocupar o quarto lugar no conjunto das prioridades das Nações Unidas. Até então, a discussão do crescimento econômico estava desvinculada do meio ambiente, corroborando com os modelos tradicionais de desenvolvimento que poderiam esgotar os recursos naturais, até o ponto de por em risco a vida de todo o planeta⁶.

Relacionado às questões ambientais, na mesma época foi publicado o estudo do Clube de Roma intitulado *Os Limites do Crescimento*, cujo teor centralizava-se sobre o *Ambiente Humano*. Conhecida também como *Declaração de Estocolmo* por defender o direito fundamental “à vida num ambiente sadio e não degradado”.

Desde o ano de 1980, após o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) ter publicado o documento intitulado “Uma estratégia mundial para a conservação” em que criticava o modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados vem se construindo o conceito de desenvolvimento sustentável. Em 1987 a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como “Comissão de Brundtland” ou o “Nosso Futuro Comum”, recomendou a formulação de um novo documento como uma declaração universal enfatizando a proteção ambiental e a adoção de princípios para um novo tipo de desenvolvimento sustentável⁷.

O relatório objetivou enfatizar criticamente a incompatibilidade crônica entre um desenvolvimento que se pretendia obedecer os padrões de sustentabilidade e os modelos de consumo cristalizados nas populações e amparados pelo modelo de

consumo capitalista. Adicionalmente, definiu *desenvolvimento sustentável* como sendo aquele que *atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades, estando aí implícitos uma gama de valores éticos, de compromisso e de responsabilidade social*⁸.

2.1 Desenvolvimento Sustentável e Propostas da Agenda 21 para a Amazônia

Sobre desenvolvimento sustentável e ambientalismo, a Amazônia ocupa um capítulo particular em Hurtienne⁹, que analisa o significado da Amazônia para a sociedade global, e partir daí, tece uma análise abordando os diversos significados agrupados em duas dimensões opostas à *econômica* e à *ecológica*. Afirma que na dimensão econômica há um *espaço* com possibilidade de acumular capital e *uma possibilidade real de co-evolução entre ecossistemas e sistemas sociais*, referindo-se aos abismos e as contradições que se teciam entre o modelo de desenvolvimento implantado na Amazônia com o ideal da sustentabilidade, porque as conseqüências do desenvolvimento implantado, balizado pela globalização, estavam num processo degradante, no que tange ao equilíbrio ecológico, à racionalidade de uso dos recursos naturais, ao respeito às culturas tradicionais, à justiça social e à equidade econômica, de outra forma, é dizer que o limite deste modelo de sustentabilidade seria justamente o acúmulo do capital.

A realidade a que Hurtienne se refere nos anos de 1990 foi apresentada em meados de 1980, no Seminário sobre Amazônia¹⁰, realizado em Brasília, organizado pelo Secretariado Nacional do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, com a participação de representantes do Movimento Indígena, líderes de igrejas e missionários, onde foram elencados os “grandes temas” que se reportavam ao modelo de desenvolvimento implantado pelo Governo Federal nos estados da Amazônia, onde se destacaram os seguintes pontos:

- Os grandes projetos de desenvolvimento para a Amazônia constituíram o primeiro Plano de Desenvolvimento, no qual estavam inseridos o programa energético, a construção de hidrelétricas, o Projeto Carajás e o POLONOROESTE;

- A implementação de uma estrutura fundiária, expansão da colonização e de empresas agropecuárias;
- Incentivos fiscais aos projetos das empresas mineradoras multinacionais;
- Apoio aos bancos multilaterais e grandes projetos de desenvolvimento;
- Implementação de projetos extrativistas.

Afirma ainda, que devido ao modelo econômico modernizador, a Amazônia revela uma crise em um conjunto de interfaces: nela se revela a impossibilidade de combinar uma transformação dos ecossistemas e o desenvolvimento sustentável economicamente, restando aparentemente só a visão de que

... a Amazônia como reserva biológica, isto é até certo ponto, o interesse do governo alemão, dos americanos, das agências internacionais de um modo geral, que depois de muitas tentativas de tomar a Amazônia como última fronteira, hoje em dia não vêem mais como última fronteira, mas como uma das últimas reservas biológicas...¹¹

Trata-se na perspectiva de uma visão unilateral, posição de “defesa” e “interesse” da sociedade global de preservar a Floresta Amazônica, porque a Amazônia não foi concebida e valorizada no seu contexto de biodiversidade e como sacrário de riquezas naturais, mas sim como unidade que hoje se desfalece.

A proposta da Agenda 21 para a Amazônia objetivava reverter o processo de degradação que não consiste na implantação de inúmeros projetos com estritos objetivos econômicos, de exploração e de *retalhamento*¹² da fronteira nas diversas esferas, tudo corroborando pelas políticas públicas, cujo objetivo primeiro da Agenda local, é redimensionar o significado da Amazônia em seu contexto de riquezas naturais e riquezas culturais e assim valorizá-los em sua complexidade, de forma que a sustentabilidade não seja apenas um programa e um objetivo a ser atingido, mas um processo contínuo em que políticas públicas, projetos e outras inovações convergem para um desenvolvimento sustentável, essência de uma sociedade sustentável.

2.2 – Uma discussão sobre a Carta da Terra

A Carta da Terra, resultado da Eco 92 ou Rio 92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Unced), no período de 03 a 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro. Também denominada “Cúpula da Terra”, representou o maior encontro internacional de cúpula de todos os tempos, em que diversos temas foram discutidos, desde o arsenal nuclear até a questão de discriminação e do racismo. Nela foi elaborada a Agenda Ambiental, denominada Agenda 21¹³.

Paralelo a essa Conferência, patrocinada pela ONU, ocorreu o Fórum Global 92, promovido pelas entidades da sociedade civil. Participaram do Fórum mais de 10.000 representantes de organizações não-governamentais (ONG's) do mundo, cujo evento englobou, entre outros, encontros de mulheres, crianças, jovens e índios.

No teor desse Fórum foi elaborada a primeira minuta da “Carta da Terra” que conclamava a todos os participantes se voltarem ao conjunto das necessidades básicas de sobrevivência. Após cinco anos da Eco 92, a Rio+5, um novo fórum de organizações governamentais e não governamentais avaliaram os tratados assinados no Fórum de 92, onde concluíram os progressos, limites e desafios da Agenda 21 e na ocasião foi aprovada uma nova redação da Carta da Terra.

Na análise de Gadotti, a Carta da Terra foi elaborada devido a complexidade da problemática que o modelo de desenvolvimento vem operando deixando rastros “sem volta” de degradação, alterando o *habitat* das populações tradicionais e a vida das populações da área rural:

Baseada em princípios e valores fundamentais, que deverão nortear pessoas e Estados no que se refere ao desenvolvimento sustentável, a Carta da Terra servirá como um código ético planetário...será equivalente à Declaração Universal dos Direitos do Homem no que concerne à sustentabilidade, à equidade e à justiça.¹⁴

Fundamentar-se-ia, nessa perspectiva, na ética, inspirando-se em uma variedade de fontes de cunho científico, religioso, filosófico e literárias para contemplar a problemática de todos os povos e representar um processo de aprendizagem local,

regional, nacional e internacional conectadas a uma visão de futuro, onde novas relações são estabelecidas entre os seres humanos e o Planeta Terra.

Assim observada, continua o autor, a Carta da Terra, constituiria um código de ética global por um desenvolvimento sustentável, tendo por objetivo mudar atitudes, valores e estilos de vida, envolvendo assim, três princípios interdependentes: “...os valores que regem a vida dos indivíduos, a comunidade de interesses entre Estados e a definição dos princípios de um desenvolvimento sustentável”.

Em 2001, na 4ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio – OMC, realizada em Doha, Qatar e os países em desenvolvimento em conjunto com as ONGs, apresentaram uma proposta em relação à agricultura, contrapondo o *Acordo sobre Agricultura* realizado em 1994, no Uruguai, quando foi criada a OMC, cujo acordo visava uma agricultura unicamente pela “ótica da liberalização comercial”, cujas regras impostas pelos Estados Unidos e pela União Européia asseguravam a proteção das suas agriculturas ao mesmo tempo que exigiam a liberalização do comércio pelos países em desenvolvimento¹⁵.

A “reforma” apresentada pela OMC em conjunto com as ONGs pautam as questões fundamentais para resgatar a agricultura produtivista, centralizada na agricultura familiar, para reduzir a pobreza, manter a segurança alimentar e preservar o meio ambiente, sem enfatizar a exportação, consistindo na: proteção dos agricultores mais pobres e dos surtos de importação de produtos alimentares baratos e subsidiados, proteção e fortalecimento na produção dos alimentos básicos pelos países em desenvolvimento, manutenção e ampliação de empregos existentes e as oportunidades de melhoria das condições de vida no âmbito rural e promover um melhor escoamento da produção excedente do país.

3. O Olhar da História sobre as Questões Ambientais

Essas discussões, em torno de como o homem maximiza sua relação com o meio ambiente, nem sempre fez parte do universo historiográfico, em que o historiador não ampliou sua pesquisa histórica, relacionando-a aos aspectos de como o homem,

inserindo numa coletividade viu e produziu questões ambientais. No entanto, a História Social deu espaço e importância aos saberes e culturas variadas, que criam, recriam e transformam com a utilização da tecnologia, aspectos da natureza nas suas mais diversas esferas. Nessa temática se iniciaram pesquisas relacionadas à etno-história, enfatizando culturas tradicionais e a regionalidade começou a ter o seu lugar na História.

Observamos que nas décadas de 1930 a 1940 a historiografia expandiu-se consideravelmente nas pesquisas de caráter social, onde se destacam Labrousse, Baerhel, Vila e Duby¹⁶.

É imprescindível no trabalho do historiador, a observação geográfica (talvez seria melhor observação “do homem inserido em um dado espaço” ?) e das sociedades agrárias. Mas ele deve, sobretudo, perceber as discontinuidades e as mudanças bruscas que dizem respeito a conjuntos socioeconômicos maiores e mais complexos. Seguindo o que propõe a Nova História (Le Goff, 1994, Bloch, 1984, Febvre, 1985)¹⁷, à pesquisa historiográfica interessa não somente a acontecimentos passados, importa se debruçar também sobre o contexto das atividades humanas contemporâneas, quem possuem sua origem em um passado que precisa ser reconstruído e identificado, para dar a ele novos significados.

12

Nessa perspectiva se incorpora a discussão sobre as questões ambientais, os impactos culturais resultantes das “conquistas e invasões” entre sociedades, e desenvolvimento sustentável. Como no caso do estado de Rondônia, em que a partir da década de setenta, foram colocados abruptamente, em um mesmo espaço, grupos humanos que pensam e entendem o meio ambiente de forma totalmente distinta, no caso do migrante centro sulista, que possui a lógica da agricultura, a derrubada da floresta é de suma importância, já para as populações já sedentarizadas a região, como os indígenas e seringueiros a preservação desta floresta é fundamental para sua subsistência.

A história, nesse esforço interdisciplinar, se coloca não como um juiz a julgar os sujeitos e objetos que causaram a degradação ambiental, buscará na interdisciplinaridade, observar como o passado condicionou as posturas presentes

nessa questão e como as atitudes hodiernas orientarão, historicamente, a conformação do devir.

Marc Bloch¹⁸ realizou uma história rural. Através de suas pesquisas analisou o modo de vida nas propriedades rurais, remontou o modo de uso das terras, a organização do espaço de pastagens, as relações de controle que eram estabelecidas nos cercamentos, os impactos da revolução agrícola e a reorganização da sociedade rural.

E definiu aldeia¹⁹, enfatizando as principais características:

Assim, a aldeia deve ser estudada do ponto de vista de sua colonização, de sua situação geográfica, de sua economia (culturas, formas dos campos que a circundam, caminhos e estradas que a servem, trocas comerciais, etc.), de seu regime jurídico (sua inserção na senhoria e de suas relações com o senhor durante toda a Idade Média e nos tempos modernos e, em primeiríssimo lugar, do estudo dos grupos sociais que a compõem.

Nota-se em sua definição, o olhar não somente sobre a questão social do grupo, mas o situa geograficamente, em relação com ao ambiente, enquanto forma de sobrevivência e sua organização. Enfim, articula historicamente o grupo humano, cultura e meio ambiente.

Após alguns anos da fundação dos *Annales*, precisamente no período entre-guerras, Marc Bloch publicou três obras referenciando-se aos camponeses: O caráter primordial da história rural francesa; “A sociedade feudal” (trata da feudalidade e a nobreza) e sobre as relações que se estabeleceram entre a realeza e a religião, denominada de “Os reis taumaturgos”.²⁰

Le Roy Ladurice²¹, no prefácio da obra de Marc Bloch, cujos textos foram reunidos e apresentados por Étienne Bloch, apresenta os detalhes nas aulas de Bloch com seus alunos, em que é relevante a sua preocupação em situar o historiador a observar o meio em que o grupo humano realiza e vivencia a história, relatando os detalhes do seu contexto.

O ruralismo desse historiador, em Estrasburgo, afirmava-se ainda de uma outra maneira: ele tinha o hábito, de fato, de acompanhar seus alunos alsacianos ao longo de passeios geográficos; ele lhes mostrava, o *openfield* alsaciano, com

suas pequenas parcelas em forma de teclas de piano, enquanto parte integrante do imenso *openfield* centro-europeu e europeu oriental, estendendo-se da Alemanha até a bacia de Paris; e outrora até a Inglaterra.

Em síntese, Bloch e seus colegas da Escola dos Annales contribuem para a renovação da historiografia, proporcionando novas perspectivas para uma reconstrução refletida da história de como grupos sociais se relacionam com o meio ambiente.

3.1 Alguns Aspectos da Historiografia Brasileira sobre a História e Meio Ambiente

A historiografia brasileira, no período colonial, trata em grande parte da forma de escravização dos índios e dos negros africanos, de questões culturais, da pomposidade da casa-grande e da miséria e dor da senzala, Gilberto Freire retrata faz justamente uma leitura cultural do que chamou de sociedade híbrida, fruto da miscigenação entre o índio, negro e europeu, em que Pero Vaz de Caminha relatou as belezas desta terra com entusiasmo.

No século XIX, Varnhagen, Capistrano de Abreu e outros historiadores, ligados ao Instituto Geográfico Brasileiro, realizaram pesquisas sobre vários temas relacionados a História do Brasil, utilizando-se documentos de arquivos nacionais e estrangeiros. Essa documentação, em suas descrições, classificações e análises referentes às plantas e animais ajudou a consolidar os estereótipos e imagens formadas ainda pelos cronistas-informantes, entre jesuítas e leigos, no período de 1550 a 1580.²²

Porém, observa-se ainda no trabalho historiográfico uma lacuna do agir da colonização portuguesa em relação ao meio ambiente. A natureza (plantas e animais) representam o fantástico da criação, as maravilhas do Criador, a concretização do Paraíso, descrito e analisado por Sérgio Buarque de Holanda. Na mesma época, entre os anos 30 e 50, temos também Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Raymundo Faoro, Antônio Cândido de Mello e Souza reescrevem a história do Brasil descortinando os velhos paradigmas da história dos heróis e dos malandros, dando uma nova ênfase, nos aspectos, sociais, econômicos, nas relações humanas e análises literárias.²³

Enfim, a trajetória da história do Brasil é construída nos parâmetros, políticos, econômicos, sociais e culturais. E na história contemporânea brasileira, configuram-se os diversos segmentos e questões sociais: a mulher, o índio, a negritude, a infância, a terra e tantos outros, dependendo do olhar e das escolhas do historiador.

3.2 O Olhar da História sobre o Meio Ambiente na Amazônia

Os relatos dos viajantes e cronistas contribuíram para uma construção contraditória sobre a Amazônia. Neide Gondim (1994),²⁴ em sua obra: *A Invenção da Amazônia* analisou os mitos criados a partir do fantástico mundo amazônico, ora apresentado com a exuberância da beleza e outras vezes com a grandiosidade que amedrontava:

Por todo o lado abundavam as gigantescas sapopemas, os altos troncos estriados, as curiosas palmeiras e os elegantes fetos arborescentes. Esta descrição poderia levar alguns leitores a pensar que nossa caminhada pela floresta deve ter interessantíssima e agradável. Ledo engano! Havia também o lado negativo: as duas raízes que formavam cristais ao longo da trilha, os atoleiros e lamaçais que se alternavam com os trechos recobertos de pontiagudos seixos de quartzo ou de folhas apodrecidas, etc...(...) Os índios preferiam andar despidos. Os que tinham roupas, enrolavam-nas em torno da cabeça. Seus olhares irônicos revelavam sua desaprovação pelos meus trajes, inúteis e incômodos numa excursão florestal. (...)

15

O imaginário criado a partir dessa visão de uma Amazônia como *Paraíso Terrestre*²⁵, na forma de um espaço a ser humanizado, contribuiu também para a formação da hegemonia do Estado pós década de setenta, quem investiu e implementou projetos que viessem a formar a sua homogeneização na região. Prova dessa situação está expressa, ainda atualmente, nos dizeres populares da região: *o Eldorado, a Terra Farta, a Terra onde corre Leite e Mel, a Terra Prometida*.

Assim, em diferentes temporalidades, como no século XVII e XVIII, o *empreendimento* da colonização com objetivos de *integração* na Amazônia, foi projetada na perspectiva da cultura ocidental, com a visão do colonizador que parte da Europa e se instala na Amazônia com a *missão* de civilizar as populações aqui

existentes, impondo um novo modelo econômico, cultural e social, porém inadequado à realidade.

Essa *integração* foi revestida com a ilusão do belo e do fantástico no imaginário do europeu, elucidado na literatura e nos relatos dos viajantes encontram-se registradas algumas das manifestações e impressões sobre a criação da Amazônia que ora era de encanto com a grandiosidade do verde e colorido e ora de susto com o mistério dessa natureza.

É o *Paraíso Perdido*, segundo o Historiador Sérgio Buarque de Holanda no seu trabalho sobre o Brasil Colônia (HOLANDA, 1979). No interior desse *Paraíso* encontra-se a contradição: do belo e o incerto, da riqueza e a pobreza, da grandiosidade e do limite da própria natureza.

A produção historiográfica do período colonial da Amazônia parte desses pressupostos, resultando numa história factual e muitas vezes dicotômica por falta de fontes documentais contendo dados fundamentados:

O silêncio dos cronistas e o desabafo dos arquivos impedem que se conheça o nome desses pioneiros destemidos. Sabe-se, contudo, que subindo o Amazonas reconheceram, mais demoradamente que Teixeira, certos rios da bacia, adiantando-se até o Solimões²⁶.

16

A natureza da Amazônia, na História, é reproduzida e representada como bela e fantástica, porém inóspita, entendida como *selva* e inimiga do ser humano. Porém, quem nela habita, segundo os olhos dos cronistas do período colonial, também é considerado *selvagem*, se referindo às populações indígenas, conforme o relato de Artur César Reis²⁷:

A exploração e conseqüente ocupação da bacia amazônica continuou, sem cessar, pelo século XVIII. Os sertanistas do Pará e do Maranhão, exibindo provas de uma coragem, de uma resistência admiráveis, prosseguiram na penetração, atingindo os pontos mais distantes do território que foram incorporando ao domínio português. Galgaram cachoeiras, lutaram contra a aspereza do clima, batalharam contra o indígena. Venceram quase sempre. Foram os protagonistas de um drama sensacional. Revelaram que àqueles dias já estava formada uma gente enérgica, capaz dos maiores cometimentos....

A natureza toda, flora, fauna e floresta com tudo o que habita e nela contem foi considerado desde o período colonial uma barreira para ser enfrentada, desbravada e domada para servir à civilização emergente para explorá-la e torná-la economicamente viável à uma economia mercantilista colhendo as *drogas do sertão*, nos séculos XVII ao XIX e no início do século XX a *hevea brasiliensis* para servir o capital internacional²⁸.

Em meados do século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial a Amazônia se tornou o alvo para a realização de grandes projetos para estabelecer uma nova política econômica. Para viabilizar e acelerar o processo de incorporação da Amazônia aos centros considerados desenvolvidos do Brasil, políticas públicas foram rapidamente implantadas na construção e abertura de fronteiras²⁹ através da construção de rodovias, implantação de projetos de colonização agrícola, de expansão da agropecuária, da mineração e de incentivos fiscais para a implementação de médias e grandes empresas.

Atualmente, a Amazônia continua sendo vista como o grande celeiro de riquezas naturais, com uma variada biodiversidade e o grande depósito de águas doces e disponível fisicamente e politicamente para a construção de hidrelétricas, no caso, na capital de Rondônia, Porto Velho: Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira.

Essa realidade sócio-política e econômica impulsiona a inúmeros projetos de pesquisa sobre a Amazônia, realizados pelos mais variados setores e instituições nacionais e internacionais contribuindo em estudos, análises e teses para uma nova visão e interpretação sobre a Amazônia.

A historiografia na atualidade sobre a Amazônia, por sua vez, dedica-se a fazer o mapeamento geral selecionando os grandes campos da história: econômica, política, social e cultural abrangendo várias linhas de pesquisa, as micro-histórias: etnicidade, mulher e gênero, religião e religiosidades, cotidiano, imaginário, mentalidades e vida privada, urbanidade e ruralidade que refletem a existência de vários grupos sociais amazônicos. E, em suas pesquisas tenta repensar a história da Amazônia, proporcionar uma nova concepção e significados aos paradigmas regionais já cristalizados, na interdisciplinaridade ou mesmo na multidisciplinaridade, tendo por fim entender os mais diversos atores sociais amazônicos e suas subjetividades que

surgiram em virtude dos imaginários, e as tentativas de implementação econômica na região.

O maior desafio, porém, que a História Regional enfrenta é a falta de documentação pertinente aos diversos períodos históricos, e porque não dizer que não há uma política implementada a respeito de Patrimônio Histórico e dos Centros de Documentação e, no caso de Rondônia, muitos documentos não são encontrados nos Centros de Documentação da região. Se encontram em outras capitais, como em Cuiabá-MT, Rio de Janeiro, Manaus-AM e Belém-PA.

Para realizar uma pesquisa o historiador, aqui na região tem que “garimpar” intensamente para encontrar fontes primárias e secundárias a fim de tentar concretizar os objetivos de sua pesquisa.

4. Considerações Finais

Muitas são as pesquisas realizadas na área de Meio Ambiente abrangendo as diversas disciplinas e ciências. A História, na interdisciplinaridade, tenta ampliar seu universo de pesquisa, ultrapassando os limites da história tradicional, enfatizando a regionalidade.

Percebe-se que o “olhar” nos relatos, crônicas e nas pesquisas sobre a Amazônia, principalmente pertinentes ao período colonial, parte dos parâmetros culturais europeus, que ao ocuparem gradativamente as terras amazônicas, dominam e implantam sem escrúpulo os povos nativos e ainda acusam da região de sofrer um atraso cultural, econômico e político e também humano. E a história foi escrita com esse olhar estrangeiro.

Hoje a História tenta reconstruir a Amazônia a partir das suas especificidades regionais, valorizando a diversidade de povos e culturas que aqui habitam. Porém, ao discutir Meio Ambiente, ainda há uma dicotomia, isto é, ela é sabedora das questões ambientais e dos movimentos ecológicos e os aceita, mas falta uma ligação entre o fato histórico com o meio em que ocorreu, situando a ação humana em um ambiente natural em que acontecem as histórias.

5. REFERÊNCIAS

- ARRUDA, J.J. e TENGARRINHA, J.M. **Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea**. São Paulo, Instituto Camões/EDUSC, 1999.
- BLOCH, Marc. **A Terra e seus homens. Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**, São Paulo, SP, EDUSC, 2001.
- _____. **Apologia da História ou Ofício do Historiador**, São Paulo, Zahar, SP, 2002.
- COSTA, Francisco de Assis, **Formação Agropecuária da Amazônia. Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável**, Belém, PA, Ed. NAEA/UFPA, 2000.
- DOUSSE, François. **A História em Migalhas. Dos Annales à Nova História**, São Paulo, UNICAMP, 1992.
- GADOTTI, Moacir, **Agenda Global e Carta da Terra, in, Diálogos entre as esferas global e local**. São Paulo, SP, Fund. FORD/Fund. Vitória Amazônica. Vitae Civilis, Ed. Peirópolis, 2002.
- GONDIM, Neide, **A Invenção da Amazônia**. São Paulo, Ed. Marco Zero, 1994.
- HEBETTE, Jean. **Dossiê: Seminário “Amazônia”**. Brasília, CIMI, 1986.
- HEBETTE, Jean e MARIN, Rosa E. Acevedo. **Estado e Reprodução da Estrutura Social na Fronteira: Ariquemes em Rondônia, in, HÉBETTE, Jean, Cruzando a Fronteira. 30 Anos de Estudo do Campesinato na Amazônia**. Volume 1. Belém,PA, Ed. Universitária/UFPA, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**, 26^a ed., Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1994.
- _____. **Visão do Paraíso**. 5^a ed. São Paulo. Brasiliense, 1992.
- HURTIENNE, Thomas. **O que significa a Amazônia para a sociedade global? in, A Amazônia e a Crise da Modernização**, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, PA, 1994.

- LEIS, H. R. e D'AMATO, J.L. CAVALCANTI, C. (org). **O Ambientalismo como Movimento Vital: Análise de suas Dimensões Histórica, Ética e Vivencial**, *in*, **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**, 4^a ed, São Paulo/Recife-PE, Cortez Ed./Fundação Joaquim Nabuco, 2003.
- LEROY, Jean Pierre, **Insustentabilidade da Agricultura e insegurança alimentar**, *in*, **Diálogos entre as esferas global e local**. São Paulo, SP, Fund. FORD/Fund. Vitória Amazônica. Vitae Civilis, Ed. Peirópolis, 2002.
- LINHARES, Maria Yeda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos, **Terra Prometida. Uma História da Questão Agrária no Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, Ed. Campus, 1999.
- MAHAR, Dennis. **Desenvolvimento Econômico na Amazônia: uma análise das políticas governamentais**, Rio de Janeiro, RJ, IPEA/INPES, 1978.
- MESGRAVIS, L. **A sociedade brasileira e a historiografia colonial**, *in*, FREITAS, M. C. (org.), **Historiografia Brasileira em Perspectiva**, São Paulo. Ed. Contexto/USF, 1998.
- MOSER, Lilian Maria. **Formação de Capital Social do Desenvolvimento Sustentável no Mundo Rural Rondoniense: A Organização dos Sistemas Alternativos de Produção dos Produtores de Ouro Preto d'Oeste – RO**. 2006. Tese de Doutorado/UFPA.
- PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**, 36^a ed. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- REIS, Arthur C. F. **História do Amazonas**, 2^a ed., Belo Horizonte, Ed. Itatiaia Ltda/Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.
- SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa**, Rio de Janeiro, RJ, Zahar Ed., 1982.
- TOCANTINS, Leandro. **Amazônia, Natureza, Homem e Tempo**. 2^a ed., Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1982.

NOTAS

²Doutora em Ciências Sócio Ambiental pelo Núcleo de NAEA/UFPA - Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará. Professora do Departamento de História e do Mestrado em História e Estudos Culturais/UNIR.

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em História e Estudos Culturais/UNIR

⁴ COSTA, Francisco de Assis, 2000; ao analisar a colonização na Amazônia, especificamente em Rondônia, denomina de “quadrado burro” devido os lotes de terra serem divididos em linha reta, sem dimensionar as variações do solo.

⁵ LEIS, Héctor R. e D’Amato, José L.(2003:77-103), *O Ambientalismo como Movimento Vital: Análise de suas Dimensões Histórica, Ética e Vivencial*, in, CAVALCANTI, C. *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*.

⁶ GADOTTI, Moacir, Agenda Global e Carta da Terra, in, Diálogos entre as Esferas Global e Local, 2002.

⁷ GADOTTI, M. op.cit.

⁸ CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991:46

⁹ HURTIENNE, Thomas. O que significa a Amazônia para a sociedade global? in, *A Amazônia e a Crise da Modernização*, 1994.

¹⁰ HEBETTE, Jean. Dossiê: Seminário “Amazônia”. Brasília, CIMI, 1986.

¹¹ HURTIENE, op.cit. 1994:158

¹² *Retalhamento* no sentido das disputas pelas riquezas naturais e o espaço entendido como “última fronteira” a ser conquistada e dividida.

¹³ GADOTTI, op.cit. 2002:19-30

¹⁴ GADOTTI, op.cit.2002:26

¹⁵ LEROY, Jean Pierre, Insustentabilidade da Agricultura e insegurança alimentar, in, Diálogos entre as esferas global e local, 2002.

¹⁶ DOUSSE, François. A História em Migalhas. Dos Annales à Nova História, 1992.

¹⁷ Le Goff, Jacques, Marc Bloch e Lucien Febvre, em 1929 lançaram a Revista dos Annales iniciando uma nova discussão histórica, onde combatem a história factual, e dão ênfase à interdisciplinaridade.

¹⁸ BLOCH, M. A Terra e seus homens. Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII, 2001

¹⁹ BLOCH, id.ib.2001:176

²⁰ BLOCH, id.ib.2001:18

²¹ LE ROY LADURICE, Emmanuel, in, BLOCH, Marc, 2001:18

²² MESGRAVIS, L. A sociedade brasileira e a historiografia colonial, in, FREITAS, M. C. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, 1998

²³ ARRUDA, J.J. e TENGARRINHA, J.M. *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*, in, FREITAS, M.C. de. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, 1999.

²⁴ GONDIN, Neide. *A Invenção da Amazônia*.1994, obra literária em que descreve e analisa a partir dos relatos de viajantes as impressões que eles e os colonizadores tiveram ao chegarem pela primeira vez na Amazônia.

²⁵ Sérgio B. de Holanda e Neide Gondim, a partir de suas pesquisas, afirmam que no período das Grandes Navegações para o Mundo Novo, a América, os europeus acreditavam que a América seria a representação do Paraíso Terrestre, pelas terras disponíveis e pela grande fartura que a floresta oferecia, no que tange a enorme variedade de recursos naturais.

²⁶ REIS, A.C.F., História do Amazonas, 1989:65.

²⁷ REIS, A.C. F, História do Amazonas, 1989:71

²⁸ MAHAR, Dennis J. Desenvolvimento econômico da Amazônia. Uma análise das políticas governamentais, 1978.

²⁹ SILVA, José Graziano da. *A Modernização Dolorosa*. 1982:114-119, discute *fronteira* como expansão do capital, pode até ser uma região sem expressividade agrícola, mas o capital estabelece a relação de produção. Mais adiante voltamos a discutir ainda sobre *Fronteira*.